



INFORMATIVO MENSAL

## Direito Ambiental & Agronegócio

Decisões comentadas, fiscalização e notícias para o produtor rural

EDIÇÃO DE

**Agosto de 2026**

"Menos desmate, mais fiscalização, zero espaço para improviso: em 2026, a defesa do produtor começa antes do auto de infração."



NESTA EDIÇÃO

# Sumário

## 1 Julgados do mês, comentados

21 decisões em 4 tribunais

## 2 Os números da fiscalização

Autuações e embargos do IBAMA e da SEMA-MT

## 3 Notícias do mês

7 notícias que afetam o produtor rural

## 4 Assessoria que protege

Por que contar com especialistas

21

DECISÕES

1.733

AUTUAÇÕES

7

NOTÍCIAS

## — Editorial

Agosto de 2026 consolidou um cenário em que o produtor rural da Amazônia Legal ganha em alguns pontos e perde previsibilidade em outros. O STF validou a moratória da soja e, ao mesmo tempo, manteve as leis de Mato Grosso e Rondônia sobre incentivos fiscais, enquanto adiou o julgamento da Lei Geral do Licenciamento Ambiental, que segue plenamente em vigor sem palavra final da Corte. No STJ, o mês trouxe leitura estrita do tipo penal ambiental em recurso originário de Mato Grosso e reafirmação de que prazos prescricionais também valem em matéria ambiental — linha que dialoga diretamente com os julgados que comentamos neste mês sobre prescrição intercorrente de apreensão e sobre limites do embargo. No plano fático, os alertas de desmatamento na Amazônia caíram ao menor patamar da série do Deter, o que tende a tornar a fiscalização remota mais seletiva e mais profunda sobre cada polígono, e não mais branda. Em Mato Grosso, a regulamentação dos aceiros no Pantanal e a rotina de análise de CAR e regularização reforçam que a defesa começa no papel: cadastro consistente, protocolos tempestivos e prova técnica produzida antes da autuação. Por fim, com a inadimplência do crédito rural em alta e a renegociação ainda emperrada, regularidade ambiental deixou de ser tema jurídico isolado e virou condição de sobrevivência financeira da propriedade.

— Equipe Diovane Franco Advogados · OAB/MT 29.530

## 1. Julgados do mês, comentados

As 21 decisões ambientais analisadas pelo escritório em Agosto. Toque em qualquer uma para ler o comentário completo no site.

TJMT · 03/08

### Reserva legal em área de floresta na Amazônia Legal fixada em 50% pelo TJMT

TJMT condena produtor a recompor reserva legal a 50% em área de floresta na Amazônia Legal, mas condiciona cumprimento à análise do CAR e aprovação do PRADA pela SEMA/MT.

Ação civil pública ambiental Amazônia Legal

[Ler no site >](#)

TRF-1 · 04/08

### Justiça Federal anula recusa do IBAMA em analisar pedido de levantamento de embargo

Justiça Federal de Goiás anula recusa do IBAMA em analisar pedido de levantamento de embargo de 2008, afastando exigência de CAR aprovado pela IN 08/2024 como condição de procedibilidade.

CAR competência ambiental LC 140/2011

[Ler no site >](#)

TRF5 · 11/08

### Alienação do imóvel não livra o poluidor direto da obrigação de reparar o dano ambiental

Sentença da 35ª Vara Federal/PE condena empresa sucroalcooleira a recuperar APP e reserva legal e pagar R\$ 100 mil por dano moral coletivo. Alienação do imóvel não afasta responsabilidade de quem causou o dano.

Área de preservação permanente Dano moral coletivo ambiental

[Ler no site >](#)

## TRF-1

7 decisões

04/08

**Justiça Federal anula recusa do IBAMA em analisar pedido de levantamento de embargo**

Justiça Federal de Goiás anula recusa do IBAMA em analisar pedido de levantamento de embargo de 2008, afastando exigência de CAR aprovado pela IN 08/2024 como condição de procedibilidade.

CAR

competência ambiental LC 140/2011

Embargo ambiental

1054605-10.2025.4.01.3500 [Ler completo >](#)

10/08

**Prescrição intercorrente extingue apreensão de maquinário mantida por mais de seis anos pelo IBAMA**

TRF1 reconhece prescrição intercorrente e determina restituição de escavadeira apreendida pelo IBAMA há mais de 6 anos. Despachos internos não interrompem prazo prescricional.

Apreensão de bens pelo IBAMA

Medida cautelar ambiental

Poder de polícia ambiental

1004780-92.2024.4.01.3901

[Ler completo >](#)

18/08

**Justiça Federal anula embargo do IBAMA sobre área atingida por fogo de origem externa**

Justiça Federal do Pará anula embargo do IBAMA sobre propriedade atingida por incêndio de origem externa, sem auto de infração e sem nexo causal com a proprietária.

Embargo ambiental

Incêndio florestal e fogo de terceiro

Nexo causal em infração ambiental

1002806-62.2025.4.01.3908 [Ler completo >](#)

20/08

**TRF1 mantém apreensão de veículos sem examinar proporcionalidade do caso concreto**

TRF1 mantém apreensão de três veículos com base nos Temas 1.036 e 1.043 do STJ sem analisar proporcionalidade, boa-fé ou duração da medida. Comentário critica a aplicação mecânica de teses vinculantes.

Apreensão de veículos em infração ambiental

cerceamento-de-defesa

Proporcionalidade da sanção ambiental

1009921-64.2020.4.01.3600 [Ler completo >](#)

25/08

**Justiça Federal suspende embargo do IBAMA sobre área com autorização municipal válida**

Justiça Federal de Paragominas/PA suspende embargo e auto de infração do IBAMA contra produtor que suprimiu vegetação com autorização municipal válida, reconhecendo que a autarquia federal não pode desconsiderar licenças de órgão competente.

Autorização de supressão de vegetação

Competência ambiental e LC 140/2011

Embargo ambiental IBAMA

1006410-03.2026.4.01.3906 [Ler completo >](#)

26/08

**TRF1 mantém suspensão de execução fiscal após adesão ao PRA mesmo com crédito inscrito em dívida ativa**

TRF1 mantém suspensão de execução fiscal de multa ambiental inscrita em dívida ativa após adesão ao PRA e assinatura de termo de compromisso, afastando tese do IBAMA de que o benefício não alcançaria créditos judicializados.

Art. 59 da Lei 12.651/2012

CAR

execução fiscal ambiental

1030863-87.2019.4.01.0000 [Ler completo >](#)

28/08

**TRF1 exige prova da localização exata da reserva legal para validar embargo do IBAMA**

TRF1 cassou sentença que validara auto de infração e embargo do IBAMA sobre 19,89 hectares, por ausência de prova da localização exata da reserva legal. Acórdão de 28/08/2026 firma que déficit de RL no CAR não autoriza presumir que a área autuada seja reserva legal.

Área rural consolidada

Auto de infração IBAMA

CAR

1001610-45.2025.4.01.4300 [Ler completo >](#)

## TJMT

12 decisões

- 03/08** Reserva legal em área de floresta na Amazônia Legal fixada em 50% pelo TJMT  
TJMT condena produtor a recompor reserva legal a 50% em área de floresta na Amazônia Legal, mas condiciona cumprimento à análise do CAR e aprovação do PRADA pela SEMA/MT.  
Ação civil pública ambiental Amazônia Legal CAR 1000572-17.2023.8.11.0012 Ler completo >
- 05/08** Presunção de legitimidade não blinda ato administrativo contra prova pericial ambiental  
TJMT manteve decisão que deferiu perícia em ação de nulidade de licenças ambientais. Presunção de legitimidade do ato administrativo não impede instrução probatória técnica judicial.  
cadastro ambiental rural Controle judicial de atos administrativos Licenciamento ambiental  
1018931-46.2026.8.11.0000 Ler completo >
- 06/08** TJMT veda aplicação retroativa de decreto que restringe descontos na conversão de multa ambiental  
TJMT mantém tutela que impede aplicação retroativa do Decreto 275/2023 a pedido de conversão de multa formulado em 2022. Produtor deve ser analisado pela regra vigente à época do protocolo.  
Conversão de multa ambiental Decreto estadual Mato Grosso Irretroatividade normativa 1026110-31.2026.8.11.0000  
Ler completo >
- 07/08** TJMT revoga tutela de urgência ambiental após regularização administrativa do imóvel  
TJMT revoga tutela de urgência que suspendia atividades rurais após produtor comprovar regularização ambiental completa perante a SEMA/MT. Decisão distingue responsabilidade civil de perigo de dano contemporâneo.  
Ação civil pública ambiental cadastro ambiental rural Embargo ambiental 1022450-29.2026.8.11.0000  
Ler completo >
- 12/08** Embargo ambiental não pode inviabilizar a subsistência do agricultor familiar  
TJMT mantém suspensão de embargo ambiental sobre lote de agricultor familiar assentado, aplicando a exceção de subsistência do art. 16 do Decreto 6.514/2008 e determinando exclusão do cadastro de áreas embargadas.  
agricultura familiar Atividades de subsistência Embargo ambiental 1009603-66.2026.8.11.0041 Ler completo >
- 13/08** Justiça obriga SEMA a analisar CAR de imóvel embargado em 15 dias úteis  
Vara do Meio Ambiente de MT acolheu embargos declaratórios e determinou que a SEMA analise CAR de imóvel embargado em 15 dias úteis, sob pena de multa diária, reconhecendo dever legal de priorização.  
cadastro ambiental rural Embargo ambiental Inércia administrativa SEMA 1036967-13.2026.8.11.0041  
Ler completo >
- 14/08** TJMT obriga SEMA a sincronizar dados florestais com o SINAFLO  
TJMT concede segurança e obriga SEMA/MT a sincronizar créditos florestais com o SINAFLO, afirmando que a complexidade técnica não justifica a inércia que impede o produtor de exportar madeira legalmente autorizada.  
código florestal Exploração florestal autorizada Mandado de segurança ambiental 1015874-91.2026.8.11.0041  
Ler completo >
- 17/08** TJMT obriga SEMA a analisar compensação de reserva legal mesmo sem sistema pronto  
TJMT determina que SEMA/MT analise projeto de compensação de reserva legal interestadual, vedando uso da indisponibilidade do sistema SIMCAR como justificativa para postergar o pedido do produtor.  
CAR e SIMCAR Compensação de reserva legal Inércia estatal em sistemas ambientais 1018035-74.2026.8.11.0041  
Ler completo >

- 21/08** TJMT suspende embargo judicial de área com regularização ambiental em curso  
TJMT suspende embargo judicial e restrições creditícias contra produtor rural que mantinha regularização ambiental em curso perante a SEMA/MT, com CAR aprovado e autorização provisória vigente.  
[Ação civil pública ambiental](#) [Embargo ambiental judicial](#) [Regularização ambiental e PRA](#) 1038048-23.2026.8.11.0000  
[Ler completo >](#)
- 24/08** Juízo Criminal exige atualização do CAR como condição para extinção da punibilidade  
TJMT indeferiu extinção da punibilidade porque produtor não comprovou atualização do CAR nem protocolo de licença ambiental, obrigações assumidas em composição civil criminal.  
[cadastro ambiental rural](#) [Composição civil ambiental](#) [Crime ambiental](#) 1080049-88.2024.8.11.0001 [Ler completo >](#)
- 27/08** TJMT concede segurança e obriga SEMA a concluir análise de PRA parado desde 2023  
Sentença de 27/08/2026 da Vara Especializada do Meio Ambiente do TJMT concedeu segurança para obrigar a SEMA/MT a concluir análise de PRA parado desde 2023. Decisão reconhece que cumprir a liminar não apaga a ilegalidade da omissão. Analisamos acertos e o que faltou.  
[cadastro ambiental rural](#) [Crédito rural e regularidade ambiental](#) [Mandado de segurança contra omissão administrativa](#) 1039719-55.2026.8.11.0041 [Ler completo >](#)
- 31/08** TJMT mantém execução de TAC ambiental contra adquirentes que assumiram passivo em escritura  
TJMT manteve execução de TAC ambiental contra adquirentes de fazenda que assumiram o passivo em escritura pública. A decisão de 31/08/2026 separou obrigação propter rem, dívida contratual e astreinte, e reafirmou que inscrição no CAR não comprova regularização.  
[CAR e regularização ambiental](#) [Execução de título extrajudicial ambiental](#) [Obrigação propter rem ambiental](#) 1001559-83.2025.8.11.0044 [Ler completo >](#)

## TRF5

1 decisão

- 11/08** Alienação do imóvel não livra o poluidor direto da obrigação de reparar o dano ambiental  
Sentença da 35ª Vara Federal/PE condena empresa sucroalcooleira a recuperar APP e reserva legal e pagar R\$ 100 mil por dano moral coletivo. Alienação do imóvel não afasta responsabilidade de quem causou o dano.  
[Área de preservação permanente](#) [Dano moral coletivo ambiental](#) [Reparação integral do dano ambiental](#) 0012461-76.2008.4.05.8300 [Ler completo >](#)

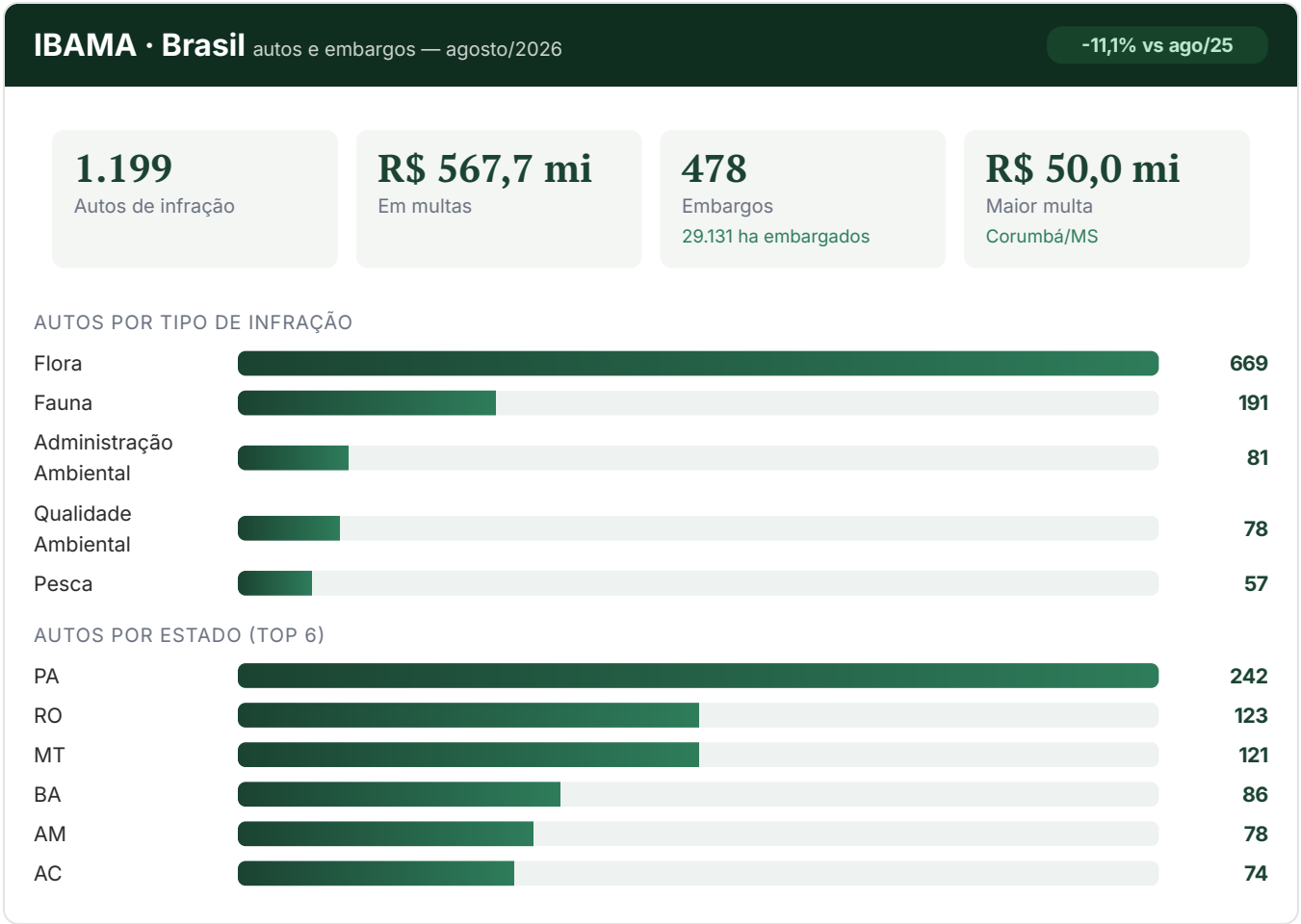
## TJRO

1 decisão

- 19/08** Justiça suspende desclassificação de crédito rural fundada em embargo ambiental anterior à contratação  
Justiça de Rondônia suspende desclassificação de crédito rural fundada em embargo ambiental prescrito e anterior à contratação, restabelecendo encargos originais de 6% ao ano.  
[Crédito rural e CAR](#) [Desclassificação de operação de crédito rural](#) [Embargo ambiental e prescrição](#) 7011006-64.2026.8.22.0007 [Ler completo >](#)

## 2. Os números da fiscalização

Autuações e embargos lavrados em Agosto/2026, a partir dos dados oficiais do IBAMA (Dados Abertos) e da SEMA-MT (Transparência).



### 3. Notícias do mês

O que aconteceu em Agosto e afeta diretamente quem produz e quem é autuado — selecionado e comentado pelo escritório.

CONJUR · 12/08/2026

STF valida a moratória da soja e mantém as leis de MT e RO que restringem incentivos fiscais

RÁDIO SENADO · 26/08/2026

STF adia julgamento das ações contra a Lei Geral do Licenciamento Ambiental e a Lei 15.190/2025 segue em vigor

STJ - INFORMATIVO DE JURISPRUDÊNCIA N. 896 · 12/08/2026

STJ afasta o crime do art. 38 da Lei de Crimes Ambientais para dano a vereda em APP,

No julgamento conjunto das ADIs 7.774 (Lei 12.709/2024 de Mato Grosso) e 7.775 (Rondônia), o Plenário reconheceu a validade da moratória da soja e, ao mesmo tempo, considerou constitucionais as leis estaduais que restringem incentivos públicos às empresas signatárias, impondo limites à retirada de benefícios já concedidos. A Corte também determinou a extinção de processos que questionavam o acordo em outras instâncias.

**Por que importa:** Define o ambiente contratual de venda de grãos do produtor amazônico: quem tem área com desmate pós-2008 no CAR continua exposto a barreira privada de mercado, ainda que a supressão tenha sido autorizada.

[Ler na fonte >](#)

As ações que discutem a constitucionalidade da Lei 15.190/2025, ajuizadas por PSOL, Partido Verde e Rede e relatadas pelo ministro Alexandre de Moraes, foram retiradas de pauta pelo Plenário depois de terem sido anunciadas para agosto. Sem liminar nem decisão de mérito, a lei permanece integralmente aplicável aos processos de licenciamento em curso.

**Por que importa:** Enquanto não houver decisão do STF, licenças, dispensas e procedimentos simplificados obtidos sob a nova lei valem, mas nascem com risco de revisão futura — o que exige blindagem documental do empreendimento rural.

[Ler na fonte >](#)

## em recurso vindo de Mato Grosso

A Sexta Turma, no REsp 2.249.961-MT, relatado pelo ministro Sebastião Reis Júnior, entendeu que o termo floresta do art. 38 da Lei 9.605/1998 não pode ser ampliado para abranger vereda situada em área de preservação permanente, em respeito à legalidade estrita. A tese foi divulgada no informativo de 12 de agosto.

**Por que importa:** Precedente direto para defesas criminais e administrativas em MT: nem toda vegetação de APP atrai a tipificação mais gravosa, e enquadramento genérico pode ser desconstituído.

[Ler na fonte >](#)

### STJ - INFORMATIVO DE JURISPRUDÊNCIA N. 898 · 25/08/2026

STJ fixa o Tema 1280 e aplica prescrição de cinco anos do CDC a indenizações por desastre ambiental. A Segunda Seção, por unanimidade, nos REsp 2.124.713-MG e 2.124.717-MG, relatados pelo ministro Moura Ribeiro e julgados em 19 de agosto, reconheceu a figura do consumidor por equiparação nas ações indenizatórias decorrentes do desastre de Brumadinho. Com isso, incide o prazo prescricional quinquenal do art. 27 do Código de Defesa do Consumidor.

[Ler na fonte >](#)

### DIÁRIO DE CÁCERES · 13/08/2026

SEMA e Corpo de Bombeiros publicam Instrução Normativa Conjunta 03/2026 sobre aceiros no Pantanal mato-grossense

A IN Conjunta SEMA/CBM-MT nº 03/2026, publicada em 13 de agosto de 2026, estabelece procedimentos para abertura de aceiros em propriedades na Área de Uso Restrito do Pantanal durante o período de emergência ambiental. A norma dispensa autorização prévia do órgão ambiental, desde que o produtor protocole a Declaração de Atividade de Aceiro no Pantanal, com mapa em KMZ e indicação do CAR.

[Ler na fonte >](#)

### SAES ADVOGADOS · 24/08/2026

Lei 15.484/2026 cria filtro de relevância para o recurso especial e muda o acesso ao STJ em matéria ambiental

Publicada em 4 de agosto de 2026, a Lei 15.484/2026 regulamenta a exigência, oriunda da EC 125/2022, de demonstração de relevância da questão federal para admissão do recurso especial. A norma entra em vigor 30 dias após a publicação e alcança recursos contra acórdãos publicados a partir de setembro.

[Ler na fonte >](#)

### NX1 · 30/08/2026

Inadimplência do crédito rural atinge o maior nível em 15 anos e MP de renegociação ainda não surte efeito

Dados do Banco Central mostraram inadimplência de 8,8% no crédito rural, a maior em quinze anos. A Medida Provisória 1.376/2026, publicada em julho para viabilizar a reestruturação de dívidas rurais, enfrentou dificuldades de operacionalização nas instituições financeiras e ainda não apareceu nos indicadores.

[Ler na fonte >](#)



O **Diovane Franco Advogados** é um escritório especializado em **Direito Ambiental** e **Direito do Agronegócio**, fundado em **Sinop/MT** — coração do agronegócio brasileiro. Somos referência nacional na defesa de **produtores rurais, empresas do setor, cooperativas, sindicatos, federações e confederações** em todas as esferas: administrativa, judicial e consultiva.

O escritório é liderado pelo **Dr. Diovane Franco**, ex-servidor dos **Tribunais Regionais Federais da 1ª e 3ª Regiões**, mestrando em Ciência Jurídica pela UNIVALI com período na **Universidad de Alicante** (Espanha), **Diretor Jurídico do Instituto de Direito Agroambiental**, membro do **Instituto Brasileiro de Direito Administrativo Sancionador** e autor pela **Thomson Reuters** da obra **Embargos Ambientais em Áreas Rurais (2025)** — obra pioneira sobre a Teoria Geral do Embargo Ambiental no Brasil —, além de colunista regular em **Migalhas, ConJur** e **Compre Rural**.

Como mostram os julgados deste informativo, **boa parte das autuações não se sustenta quando enfrentada com técnica**. Conhecer o caminho certo, no prazo certo, é o que protege o seu patrimônio.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

|                                                      |                                                          |                                                         |
|------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|
| Defesa em autos de infração e multas do IBAMA e SEMA | Desembargo de áreas e suspensão de embargos indevidos    | Prescrição de multas e nulidade de autuações            |
| Licenciamento, CAR, PRA e regularização fundiária    | Liberação de crédito rural travado por questão ambiental | Crime ambiental e Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) |

FALE COM O ESCRITÓRIO

# Seu caso merece uma análise especializada

Cada auto de infração, cada embargo por satélite e cada nova regra pode significar a paralisação de uma fazenda ou o vencimento antecipado de uma dívida. Não enfrente sozinho.

ATENDIMENTO DIRETO

**(66) 99955-5402**

contato@diovanefranco.com.br · diovanefranco.com.br

---

**DIOVANE FRANCO ADVOGADOS**

Sinop/MT · Belém/PA · Brasília/DF · Novo Progresso/PA · Rio de Janeiro/RJ

Informativo Agosto/2026. Conteúdo informativo, não constitui parecer ou consulta jurídica. Dados de fiscalização: IBAMA (Dados Abertos) e SEMA-MT (Transparência).